



# Procedimento Eletrônico Extrajudicial Ministério Público do Estado do Tocantins

---

**Diligência 18200/2020**

**OFÍCIO Nº 662/2020/GAB/27ªPJC-MPE/TO**

A sua Senhoria, o Senhor

**SANTIAGO DE ALMEIDA**

Presidente do SINDIFISCAL

Telefone: (63) 3215-2048

E-mail: presidente@sindifiscal.org.br

**Nesta**

*Referente: **Processo Extrajudicial nº 2020.0001089 – PA***

***Processo Extrajudicial nº 2020.0005968 – NF** (favor usar essa referência)*

*Assunto: **encaminha Recomendação Ministerial***

Senhor Presidente,

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, por seu órgão de execução, Promotora de Justiça subscritora, com fulcro no que dispõe o artigo 129, VI, da Constituição Federal; artigo 26, I, “b”, da Lei nº 8.625/93, artigos 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93 e 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, vem **ENCAMINHAR** Recomendação Ministerial (em anexo).

Para a resposta fica estabelecido o **prazo de 5 (cinco) dias**.

Frisa-se que a resposta poderá ser encaminhada ao e-mail: [protocolo@mpto.mp.br](mailto:protocolo@mpto.mp.br).

**THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA**

Promotor de Justiça

Em substituição automática

Deve ser entregue à **SINDIFISCAL** que deve ser procurado nos seguintes endereços:

### Anexos

[Anexo I - Recomendação Ministerial - SINDIFISCAL.pdf](#)

URL: [http://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get\\_file/d39e5232a94b26b36f26b27ed8b6f264](http://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/d39e5232a94b26b36f26b27ed8b6f264)

MD5: d39e5232a94b26b36f26b27ed8b6f264

PALMAS, 30 de Setembro de 2020 às 10:30:35

**THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA**

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Assinado por: THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA como (thiagovilela)

Na data: 30/09/2020 10:30:36

SHA-224: 5c0958dff00561009b4a145f3a859e369cc7cf1e93ea273a9bb0127e

URL: <https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/5c0958dff00561009b4a145f3a859e369cc7cf1e93ea273a9bb0127e>

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.